

Perspectivas epistemológicas em psicoterapia (II): Psicoterapia, Dialéctica e Epistemologia. Psicoterapia como Processo Estratégico de Mudança Cognitiva *

ANTÓNIO BRANCO VASCO **

1. JOYCE-MONIZ: PSICOTERAPIA, DIALÉCTICA E EPISTEMOLOGIA

Depois de, na primeira parte deste artigo, me ter referido às relações entre a filosofia da ciência e a psicologia e suas consequências para a psicoterapia, bem como mencionado a existência de três modelos psicoterapêuticos recentes que podem ser entendidos no contexto destas relações, nomeadamente o de Michael J. Mahoney, do qual esbocei as linhas gerais, nesta segunda parte, depois de analisar os dois modelos restantes, Joyce-Moniz e Guidano e Liotti, refiro-me às principais razões que levam a poder agrupar os três modelos no contexto das relações entre a filosofia da ciência, a psicologia e a psicoterapia salientando, por último, as suas diferenças mais significativas.

O pensamento de Joyce-Moniz relativo ao processo psicoterapêutico encontra-se essencialmente contido em dois artigos recentes: «From Decentration to Compensation: Toward a Cognitive-Cons-

tructivist Therapy» (1981) e «Epistemological Therapy and Constructivism» (1985).

O autor tenta nestes artigos elaborar o que poderá ser a aplicação à prática terapêutica do modelo piagetiano do construtivismo psicogenético.

Entendendo o processo terapêutico essencialmente como um processo de aquisição e/ou modificação de conhecimentos, Joyce-Moniz avança duas ideias-chave no seu pensamento: (1) o espaço terapêutico constrói-se no *confronto dialéctico* entre duas epistemologias, a do terapeuta e a do cliente; (2) o progresso terapêutico manifesta-se numa transição de menores para maiores (mais abertos, mais flexíveis) conhecimentos, no que se designa por uma *orientação terapêutica epistemológica* (1985).

Transportar a problemática epistemológica para o espaço terapêutico leva Joyce-Moniz (1985) à consideração de que é inevitável a qualquer clínico o adoptar de uma posição epistemológica seja ela implícita ou explícita, mas sempre com implicações na prática terapêutica. No entanto, estas implicações variarão grandemente consoante o tipo de epistemologia da terapia que se subscreve. Um primeiro e mais frequente tipo de epistemologia da terapia seria fortemente limitativo dada a sua unilateralidade. Esta unilateralidade materializa-se no facto de este tipo de epistemologia da terapia, ao identificar-se com os

* Esta é a conclusão de um artigo iniciado no VI vol., n.º 2, de «Psicologia».

** Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Associação Portuguesa de Terapias Comportamental e Cognitiva.

fundamentos teóricos dos modelos de intervenção, se limitar a contemplar o conhecimento do terapeuta. Um segundo tipo passa pela «atribuição de um estatuto epistémico ao cliente». Assim, esta segunda definição, mais englobante, não só comporta o conhecimento do terapeuta mas também a representação que o cliente faz desse conhecimento, bem como o conhecimento que este último tem dos seus próprios processos cognitivos (capacidades metacognitivas).

Pedra-de-toque deste tipo de abordagem é portanto a importância atribuída ao estatuto epistémico do cliente. Deste modo, a *orientação epistemológica* da prática terapêutica liga-se às metodologias empregues para desenvolver esse estatuto. Como Joyce-Moniz afirma (1985), «uma estratégia tendo por objectivo levar o cliente a uma epistemologia terapêutica do 'self' procura que lhe seja facilitada a informação, não só acerca da acção do terapeuta e do método, mas principalmente dos seus processos cognitivos (actuais ou a desenvolver) na reformulação ou expansão desse método» (pág. 147).

A) Sobre a relação dialéctica entre a epistemologia do terapeuta e a epistemologia do cliente

Partindo do princípio da inevitabilidade da aderência do terapeuta a determinada posição epistemológica, Joyce-Moniz (1985) considera que não só uma relação dialéctica se estabelece sempre entre os dois intervenientes no processo, mas também que o tipo de relação dialéctica e a importância atribuída ao discurso epistemológico do cliente vai depender da posição epistemológica mesma do terapeuta.

Procedendo a uma análise da importância que as diversas metodologias comportamentais-cognitivas atribuem ao discurso epistemológico do cliente, este autor (1985) constata que esta importância aumenta quando se parte das orientações mais comportamentais para as mais cognitivas. Assim, os modelos de «*condicionamento directo e não mediacional*» recusam o discurso epistémico do cliente, os modelos de «*condicionamento indirecto e mediacional*» e de «*desenvolvimento de aptidões de confronto*» atribuem-lhe um estatuto intermédio (com maior peso para estes últimos) e, finalmente, os

modelos da «*reestruturação metacognitiva*» reconhecem-no plenamente.

Independentemente da importância atribuída ao estatuto epistémico do cliente por cada um dos diferentes modelos citados, o autor avança (1985) uma consideração crítica que a todos engloba: é essencial «saber como é que o cliente reage a estas propostas de dialéctica epistemológica (ou da sua ausência, como no primeiro exemplo), elaboradas «a priori» pelo seu educador e incentivador» (pág. 150). Segundo a sua perspectiva, a forma como o cliente reage às propostas do terapeuta vai depender da distinção que consiga traçar entre três elementos-chave adentro do processo terapêutico: o conhecimento do terapeuta; o seu metaconhecimento; e a estrutura epistemológica geral na qual ele coloca o processo. As possibilidades que o cliente tem de efectuar tal distinção encontram-se relacionadas com o seu nível de sofisticação cognitiva. Assim, três alternativas parecem ser possíveis: (1) o cliente não consegue estabelecer a distinção, colocando-se total e confiantemente «nas mãos» do terapeuta; (2) o cliente estabelece uma distinção relativa na medida em que entende as relações entre o modelo e a sua eventual adequabilidade ao caso, sem entender no entanto com clareza o lugar do seu conhecimento relativamente a um e a outra; (3) o cliente distingue claramente os três tipos de conhecimento. Neste último caso «a terapia deixa de ser uma intervenção para se converter numa colaboração dialéctica» (1985, pág. 151). É este tipo de colaboração dialéctica que Joyce-Moniz favorece, pretendendo com ela ultrapassar o tradicional «domínio» do terapeuta, associado às terapias comportamentais-cognitivas, substituindo-o por um «equilíbrio epistemológico» entre terapeuta e cliente.

B) Características sociocognitivas dos clientes e implicações terapêuticas

Neste capítulo e segundo a opinião do autor (Joyce-Moniz, 1981, 1985) impõe-se a constatação-base de que os níveis de raciocínio sociocognitivo que o cliente alcançou condicionam directamente as suas capacidades de aprendizagem em qualquer contexto, logo no terapêutico. Este aspecto é particularmente importante dado que a generalidade das estratégias utilizadas nos modelos de «desenvolvimento de aptidões de confronto» e de «reestruturação metacognitiva» requerem o ter-se alcançado e o acti-

var de operações mentais complexas — e.g. «examinar simultaneamente as diferentes implicações de uma situação ou de um conceito..., comparar as perspectivas sociais e emocionais dos outros em relação às do próprio..., são habilidades que requerem um pensamento formal» (1985, pág. 154). No entanto, e algo surpreendentemente, nada ou pouco se tem feito no sentido de adequar as intervenções psicoterapêuticas às capacidades inerentes ao nível de desenvolvimento estrutural e sociocognitivo dos clientes. Joyce-Moniz (1981, 1985) considera esta situação particularmente grave dado o facto de vários autores (Lickona, 1976; Kuhn, Langer e Kohlberg, 1977) terem demonstrado que só uma pequena percentagem de adultos alcança os níveis mais elevados de pensamento formal e de raciocínio sociomoral. A importância do nível de desenvolvimento estrutural e sociomoral dos clientes para a prática terapêutica é igualmente atestada por duas investigações levadas a cabo pelo autor (Joyce-Moniz, 1979, 1980). Nestes estudos, utilizando intervenções comportamentais-cognitivas, verificou-se que os clientes que se encontravam em níveis de raciocínio formal superior e de raciocínio moral pós-convencional foram igualmente aqueles que mais beneficiaram das referidas intervenções.

Na tradição do construtivismo psicogenético piagetiano o autor (1985) não considera que os referidos níveis correspondam a «cortes arbitrários num contínuo que evoluiria por acumulações de conhecimentos, e ainda menos a estádios uniformes, caracterizados por períodos etários invariáveis e conteúdos de pensamento fixos» (pág. 156). Pelo contrário, a ordem de aquisição das estruturas é constante, sendo a sua sequência integrativa. As estruturas de níveis anteriores são incorporadas nas estruturas dos níveis seguintes, tornando-se cada grupo estrutural cada vez mais complexo. Neste contexto e dado que os indivíduos não funcionam sempre ao mesmo nível, torna-se essencial que o terapeuta compreenda como os diferentes níveis coexistem e a forma como o cliente os selecciona.

Devido à importância que atribui às características sociocognitivas dos clientes no evoluir do processo terapêutico, Joyce-Moniz (1981) defende que as metodologias de avaliação comportamentais-cognitivas tradicionalmente utilizadas, devem ser complementadas com uma cuidadosa avaliação sociocognitiva incidindo sobre os níveis de pensamento formal (Piaget, 1975) e de raciocínio moral (Kohlberg, 1969).

C) Estruturas, reestruturações cognitivas e construtivismo psicogenético

Depois de proceder a uma análise das diferentes formas como o conceito de estrutura é utilizado nas terapias comportamentais-cognitivas, Joyce-Moniz (1981, 1985) conclui que a definição e uso deste conceito é vaga e confusa, não se entendendo claramente qual a sua contribuição para o processo de reestruturação cognitiva. Como alternativa, o autor propõe um conceito de estrutura oriundo do construtivismo psicogenético piagetiano. Segundo esta perspectiva, estruturas cognitivas teriam essencialmente que ver com formas e não com conteúdos de pensamento. Estas formas seriam universais e globais, submetendo-se aos processos de desenvolvimento, enquanto que os conteúdos seriam específicos e dependentes dos processos de aprendizagem. Por outro lado, as estruturas cognitivas seriam sistemas dinâmicos de transformações. Estes sistemas são auto-reguladores na medida em que conduzem a estados de equilíbrio entre as capacidades cognitivas do indivíduo e as exigências do meio, através de múltiplos desequilíbrios e reestruturações. É igualmente este processo que permite explicar a sequência do processo normal do desenvolvimento.

Partindo da constatação de que a prática clínica dos modelos comportamentais-cognitivos se encontra pouco integrada com as formulações da psicologia cognitiva teórica, Joyce-Moniz (1981, 1985) propõe como modelo teórico integrativo o construtivismo psicogenético piagetiano. Para este autor, ainda que francamente superiores aos modelos *sensórios* característicos do pensamento tradicional comportamental-cognitivo, as perspectivas construtivistas mais recentes parecem-lhe igualmente insatisfatórias. As vantagens oferecidas por um modelo construtivista psicogenético e estrutural parecem compensar largamente as possíveis objecções que poderiam ser postas à «tradução de um modelo desenvolvimentista para contextos psicoterapêuticos». Segundo o autor (1981, 1985), estas vantagens são de várias ordens. Em primeiro lugar, torna-se possível «equacionar uma prática clínica cognitiva em termos de desenvolvimento sociocognitivo» (1985, pág. 159). Esta linha de pensamento implica que os mecanismos e capacidades sociocognitivas dos clientes sejam tomadas em consideração ao estabelecer os objectivos e limites da intervenção psicoterapêutica. Desta forma, e reconhecendo a diferença entre «acreditar e com-

preender», o terapeuta «permite» que o cliente «descubra (ou invente) os seus próprios conceitos, crenças, normas e valores de acordo com as suas estruturas sociocognitivas» (1985, pág. 159) em vez de os «impor» de forma apriorística. Em segundo lugar, tendo o terapeuta conhecimento dos níveis mais elevados de funcionamento cognitivo a que o cliente acedeu, pode em função desse conhecimento cognitivo auxiliar o cliente a gerir o seu «repertório estrutural» de modo a que este o utilize em diversos «contextos problemáticos» (problema da generalização). Uma outra vantagem diz respeito à possibilidade que o terapeuta tem de, em função das sequências naturais de desenvolvimento, poder elaborar as estratégias de intervenção de forma a facilitar que o cliente aceda a níveis de desenvolvimento superiores. Tudo isto significa que «de uma perspectiva psicogenética construtivista, o processo de reestruturação deve pois, levar o cliente a uma actividade de transformação e de regulação autónoma das suas cognições, e não à imposição de um controlo cognitivo organizado pelo terapeuta» (1985, pág. 160).

Joyce-Moniz (1981, 1985) defende que as «construções dos clientes são mais importantes que as do terapeuta» mas que ambas contribuem para o evoluir do processo. Assim, uma perspectiva terapêutica deste tipo implica o conceito de um «duplo construtivismo». É através da *construção* do confronto entre o seu metaconhecimento e o conhecimento do terapeuta que o cliente *constrói* as suas estruturas adaptativas. Para a compreensão desta construção, cujo objectivo último é uma actividade auto-regulatória por parte do cliente, é essencial que a intervenção terapêutica lide com as formas genéricas que são responsáveis pelo «manusear» dos conteúdos cognitivos. Aqui torna-se fundamental avançar os conceitos piagetianos de *descentração* e *compensação*.

D) Da descentração à compensação

O conceito de descentração relaciona-se com um movimento de *diferenciação estrutural* entre o ponto de vista do próprio e o ponto de vista dos outros. Partindo de uma posição egocêntrica inicial, e em função da progressiva aquisição de conhecimentos sobre si próprio e sobre o mundo físico e social, o indivíduo liberta-se de pontos de vista baseados em características externas e de atributos pessoais e sociais incoerentes. A sequência normal de desen-

volvimento implica o alcançar de uma distinção entre o ponto de vista próprio e o dos outros, não só relativamente ao mundo físico-causal mas também relativamente ao mundo psicossocial.

Reconhecendo que o conceito de descentração está presente no moderno movimento terapêutico cognitivista, Joyce-Moniz (1981, 1985) baseando-se no construtivismo psicogenético, atribui-lhe no entanto um significado mais amplo, integrando-o num «*quadro desenvolvimentista global*». Este significado mais amplo é também materializado no facto de se atribuir grande ênfase às intervenções terapêuticas que podem contribuir para a diminuição ou aumento da descentração (isto devido a considerar-se que grande número de perturbações podem ser caracterizadas por excesso ou defeito de descentrações).

Relativamente ao conceito de compensação é necessário entender as diferenças entre as estruturas inerentes à compreensão de conteúdos relativos ao mundo físico e as estruturas relativas à compreensão de conteúdos sócio-afectivos. As primeiras «tendem a ser organizadas em descontinuidades em equilíbrio» e as segundas «tendem a ser organizadas através de descontinuidades variáveis ou em equilíbrio incompleto» (Joyce-Moniz, 1985, pág. 163). Em termos mais genéricos, o que se passa é que qualquer sistema de desenvolvimento sociocognitivo implica a existência de «desfasamentos horizontais» entre as estruturas inerentes a diversos conteúdos, donde que o indivíduo nem sempre manifeste o mesmo nível em todos os raciocínios que faz.

Para facilitar a compreensão destes desfasamentos, Joyce-Moniz (1981, 1985) avança a teorização de Piaget sobre o processo de compensação. No período pré-operatório todas as compensações são caracterizadas por «regulações incompletas». A criança tenta lidar com os problemas do meio «através de acções e conceitos orientados no sentido contrário (inversão), ou modificar as suas acções e conceitos para acomodar o elemento perturbador (reciprocidade)» (1985, pág. 163). No período operatório as regulações incompletas são substituídas pelas operações. Esta substituição implica a capacidade de «pré-correcção» dos problemas. Estas pré-correcções comportam compensações antecipadas, e não só depois do problema ocorrer, o que vai permitir o total equilíbrio do sistema. Inicialmente as pré-correcções incidem sobre objectos concretos, e posteriormente vêm a combinar as compensações

por inversão e reciprocidade de forma abstracta. Nesta última fase as compensações passam a não incidir exclusivamente sobre o meio mas também sobre a realidade interior.

Provavelmente, devido ao carácter menos regular e mais incoerente do mundo sócio-afectivo bem como à menor possibilidade de manuseamento deste quando contrastado com o mundo físico-causal, as compensações relativas aos conteúdos sócio-afectivos não levam «necessariamente a correcções operatórias abstractas e a equilíbrios dialécticos com perturbações introduzidas exterior ou interiormente» (Joyce-Moniz, 1985, pág. 164). O não alcançar destas correcções e equilíbrios pode tornar difícil que o indivíduo utilize, relativamente a determinados conteúdos sócio-afectivos, as suas estruturas mais adaptativas. É exactamente este fenómeno que se verifica com os clientes de psicoterapia que utilizam estratégias compensatórias relativamente a determinados conteúdos mas que utilizam «compensações insuficientes ou inadequadas» relativamente a outros (a queixa, o sintoma).

Depois de ter procedido a uma análise das diversas estratégias de reestruturação metacognitiva utilizadas pelos terapeutas cognitivos, Joyce-Moniz (1985) pensa poder agrupar estas estratégias em quatro grandes grupos de compensações. (1) «*Compensação por negação completa*», consiste no tentar compensar crenças ou acções mediante a utilização de pensamentos ou acções de sinal contrário. Em termos piagetianos corresponderia à *inversão*; «forma de regulação por «feed-back» negativo consistindo na anulação directa da perturbação» (pág. 165). (2) «*Compensação por negação incompleta*», tentativa de compensar pensamentos ou acções problemáticas estabelecendo um compromisso entre ganhos e perdas. Em termos piagetianos tratar-se-ia da *reciprocidade*; «forma de regulação por feed-back negativo, por intermédio da diferenciação do esquema estrutural para acomodar o elemento perturbador» (pág. 166). (3) «*Compensação por aceitação incompleta*», consiste igualmente numa tentativa de compensação por compromisso, envolvendo por exemplo um adiamento temporário do confronto. Aqui, «a regulação é inversa da recíproca e a compensação pode denominar-se *correlativa*» (pág. 166). (4) «*Compensação por aceitação completa*», aqui, o elemento perturbador é assimilado às estruturas do sujeito através de racionalizações. Trata-se de uma «negação da negação que equivale a uma trans-

formação nula ou compensação por *identidade*» (pág. 166).

Para Joyce-Moniz (1985), o confronto dialéctico entre terapeuta e cliente e posteriormente o confronto metacognitivo deste consigo próprio, constituem a melhor forma de promover a adopção de estratégias compensatórias de carácter adaptativo.

E) Processo terapêutico

O esquema geral de um processo terapêutico de orientação epistemológica, que Joyce-Moniz (1985) tem feito incidir particularmente em problemas caracterizados por sentimentos negativos e problemas de dificuldades de tomada de decisão, comporta várias fases distintas.

(1) «*Racional*», esta fase de racional implica uma explicação relativamente às relações entre pensamentos, sentimentos e comportamentos com especial ênfase para o papel determinante dos primeiros. Igualmente nesta fase não só se tenta criar expectativas positivas no cliente relativas à sua capacidade para resolver os seus problemas mas também expectativas relativas à utilidade do metaconhecimento do cliente.

(2) «*Identificação dos elementos perturbadores*», como o próprio nome indica, nesta fase tenta-se identificar a queixa. Para tal utilizam-se diversos instrumentos de avaliação, tais como registos de auto-observações e outras escalas utilizadas frequentemente nas terapias cognitivas. Procedem-se igualmente a uma avaliação dos níveis de raciocínio sociocognitivos dos clientes. Por último, tenta-se fomentar o processo de descentração pedindo ao cliente que avalie as suas dificuldades não só do seu ponto de vista mas também do ponto de vista de familiares ou amigos e posteriormente do ponto de vista do próprio terapeuta.

(3) «*Avaliação das estratégias de confronto*», aqui, procede-se a uma tentativa de avaliação das diversas formas de *aceitação* ou *negação* que o cliente utiliza para confrontar o seu problema. Tal como na fase anterior, diversos instrumentos de avaliação podem ser utilizados, nomeadamente os registos de auto-observação de estratégias de confronto. Mais importante do que o uso de metodologias mais ou menos estruturadas de auto-avaliação, é a relação dialéctica entre terapeuta e cliente, local privilegiado para o cliente tomar consciência não só

das estratégias que utiliza como também de estratégias alternativas e suas possíveis consequências. Neste sentido, dois procedimentos são privilegiados: a) «confronto do cliente com situações pessoais, reais ou hipotéticas», cujo objectivo é fazer apelo a descentrações espaciais (como reage noutras situações) e temporais (como reagiu noutras alturas); e «confronto com um modelo epistémico», cujo objectivo é fazer apelo a descentrações vicariantes.

(4) «*Coordenação e implementação das estratégias de confronto*», nesta fase procede-se à «reestruturação cognitiva». Através do confronto com situações reais ou hipotéticas ou com modelos, o terapeuta tenta orientar o processo no sentido do cliente otimizar a utilização das estratégias de compensação identificadas anteriormente, tomando em consideração as características do repertório estrutural deste último. Neste sentido, o terapeuta tenta que o cliente «experimente» face aos seus problemas várias estratégias compensatórias e que avalie as consequências que advêm da sua utilização. Tenta-se igualmente promover a coordenação de diversas estratégias e a sua utilização diferencial em função da discriminação de contextos.

Pode afirmar-se que o objectivo último do processo é o de facilitar ao cliente o acesso a níveis de desenvolvimento superiores através da adopção de estratégias cada vez mais globais e flexíveis, na boa linha da «espiral piagetiana».

Curiosamente, e em consonância com Mahoney (1980), Joyce-Moniz (1985) pensa ser muito provável que, independentemente das diferentes técnicas terapêuticas utilizadas, os mecanismos subjacentes e responsáveis pelas mudanças são sempre os mesmos.

2. GUIDANO E LIOTTI: PSICOTERAPIA COMO PROCESSO ESTRATÉGICO DE MUDANÇA COGNITIVA

É num livro e artigo recentes (1983, 1985) que V. Guidano e G. Liotti apresentam a sua perspectiva relativamente ao conhecimento humano e suas implicações para o processo psicoterapêutico.

As razões avançadas por estes autores para a criação do seu modelo advêm de uma crescente insatisfação relativamente aos modelos comportamentalistas tradicionais (essencialmente a nível teórico).

Esta insatisfação é extensível aos modelos terapêuticos cognitivos dada a sua molecularidade (descrição, análise e tentativa de modificação de elementos isolados da corrente de consciência).

Ponto central, essencialmente oriundo de observações clínicas, é para Guidano e Liotti o papel crucial que o conhecimento que os indivíduos têm de si próprios e do mundo desempenha na forma como estes entendem os acontecimentos e consequentemente agem. À importância do conhecimento individual acrescenta-se a constatação da uniformidade desse mesmo conhecimento através de diferentes «domínios» cognitivos, não só no seu desenvolvimento como também na sua manutenção e mudança.

É exactamente a fundamentação teórica e implicações para a prática clínica de um modelo que toma como fulcro a «centralidade» e «uniformidade» do conhecimento individual aquilo que Guidano e Liotti vão propor. Para efectivar tal propósito vão essencialmente recorrer, em termos de fundamentação teórica, aos trabalhos de Karl Popper, Imre Lakatos, John Bowlby e Jean Piaget.

A) Sobre o conhecimento humano

Guidano e Liotti pensam que existem fortes paralelos entre os processos de conhecimento e a evolução, particularmente no que se refere ao processo adaptativo, no sentido em que ambos implicam aquisição de informações sobre a realidade. Fazendo apelo ao conceito de «epistemologia evolucionista» (Campbell, 1974), justificam-no apontando duas vantagens. (1) Permitiria retirar o problema do conhecimento exclusivamente do campo da filosofia, devolvendo-o à sua base biológica. (2) Permitiria resolver a controvérsia relativa ao «realismo» através da adopção do conceito de «realismo hipotético ou crítico». Ainda que exista uma correspondência entre o que percebemos e o que existe no mundo exterior, esta correspondência não é sinónimo de uma réplica exacta. Aquilo a que temos acesso são construções simplificadas do real e elaboradas em função de critérios de «utilidade».

Paralelamente à defesa do conceito de «epistemologia evolucionista» Guidano e Liotti baseiam-se em Popper, Weimer e Piaget para adoptar a visão do organismo como agente activo do conhecimento, negando desta forma tanto a ideia da origem sensorial desse mesmo conhecimento como da passivi-

dade dos organismos nos processos de aprendizagem. Entende-se assim que o funcionamento mental é essencialmente caracterizado pelo processamento activo de «expectativas, hipóteses e teorias».

Recorrendo aos estudos de Polanyi (1966, 1968) e aos dados relativos à questão da «especialização hemisférica», os autores propõem uma distinção fundamental entre «conhecimento tácito» e «conhecimento explícito». Esta distinção teria uma base filogenética e necessariamente importantes consequências a nível ontogenético. A especialização hemisférica (exclusiva da espécie humana) seria uma consequência do aparecimento da linguagem. As diferentes características dos dois hemisférios implicariam que só seria possível aceder à informação contida no hemisfério direito através do esquerdo. Este último (mais lógico e verbal) ter-se-ia tornado o centro do controlo da actividade consciente, facto esse que não implicaria a extinção de formas pré-lógicas do pensamento (hemisfério direito) originadas ao longo do processo evolutivo. Provavelmente verificou-se uma «integração funcional» entre os dois hemisférios, onde as funções de controlo das capacidades lógico-conceptuais do hemisfério esquerdo teriam como contrapartida um maior enraizamento na estrutura filogenética das formas pré-lógicas do conhecimento (essencialmente tácitas), características do hemisfério direito.

Aceitando que a ontogénese «recapitula» a filogénese, tudo isto teria várias implicações a nível do desenvolvimento individual: (1) «O conhecimento tácito é sem dúvida o tipo de conhecimento que primeiro surge no curso do desenvolvimento»; (2) «A elaboração progressiva do conhecimento explícito é muito mais gradual»; e (3) «O controlo consciente da organização cognitiva total é assumido pelo conhecimento explícito do self e do mundo que o indivíduo vai progressivamente organizando» (1983, págs. 12/13).

Deverá acentuar-se que são as «regras profundas» do conhecimento tácito que proporcionam ao indivíduo o sentimento subjectivo dos aspectos invariantes relativos ao self e ao mundo, fornecendo assim uma base a partir da qual o controlo consciente da experiência se pode focar em objectos/objectivos específicos (internos ou externos). No entanto, a transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito não corresponde «a uma tradução linear de um código não verbal para um código verbal; pelo contrário, corresponde a uma nova cons-

trução na esfera do conhecimento explícito» (1983, pág. 13).

Guidano e Liotti consideram essencial tomar em consideração o processo de desenvolvimento humano, entendido como uma construção progressiva do conhecimento relativamente ao self e ao mundo. Esta construção inicia-se a partir da «identidade biológica» que os organismos possuem ao nascer, no sentido da progressiva aquisição de uma «identidade psicológica». A identidade biológica consiste no conjunto de predisposições inatas em função das quais os organismos interpretam os dados sensoriais e processam o conhecimento tácito sobre o mundo e sobre o seu próprio corpo. Por sua vez, a identidade psicológica, tendo como base o conhecimento tácito, vai-se construindo em função do desenvolvimento cognitivo e emocional e através da constituição do «conhecimento explícito». É desta forma que o organismo humano, gradual e activamente, aprende a reconhecer-se a si próprio, unificando o conhecimento que vai adquirindo numa identidade pessoal. O elemento unificador do processo de organização do conhecimento que se desenvolve durante o curso do desenvolvimento é a construção do «autoconhecimento», entendido como resultante de trocas entre um agente activo e o meio circundante.

Entendendo que uma descrição do processo de desenvolvimento deve necessariamente ser unitária e contemplar a articulação das «disposições inatas, do desenvolvimento do autoconhecimento, do desenvolvimento cognitivo e das experiências emocionais bem como da família e demais influências do meio que regulam todo o processo» (1983, pág. 15), Guidano e Liotti vão fazê-la recorrendo às formulações de diversos autores, com particular relevo para a «Teoria da vinculação» de John Bowlby e para as perspectivas de Jean Piaget relativamente ao desenvolvimento cognitivo.

B) Sobre a organização do conhecimento

O período de transição da adolescência para a idade adulta é caracterizado pelo estabelecimento do pensamento hipotético-dedutivo, o que implica uma reestruturação do conhecimento adquirido durante o processo de desenvolvimento. Guidano e Liotti pensam que as ideias de Popper relativamente ao desenvolvimento da ciência podem fornecer analogias úteis

para compreender a transição da adolescência para a idade adulta.

Segundo Popper (1974) é possível distinguir duas fases na construção das teorias científicas: uma fase «dogmática ou pré-científica»; e uma fase «crítica ou científica». Durante a fase dogmática elaboram-se teorias igualmente dogmáticas e de carácter mítico através do processo de tentativa e erro, e que são o resultado final das disposições inatas para descobrir «padrões de regularidade». Estas teorias dogmáticas são, no entanto, essenciais na medida em que fornecem as bases necessárias à «classificação» das descobertas que se vão fazendo. Só mais tarde e em função da progressiva «sofisticação científica» se torna possível reconhecer os limites de tais teorias. Este reconhecimento é feito através de uma avaliação crítica, que permite substituir as teorias anteriores por outras, dotadas de coerência e baseadas em dados experimentais; Guidano e Liotti defendem que tanto a nível da estruturação do conhecimento individual como a nível da formação do conhecimento científico, fases dogmáticas precedem sempre e necessariamente as fases críticas. Assim, a estruturação do conhecimento individual ao longo do processo do desenvolvimento comporta muitas das características das fases pré-científicas. Portanto, também em termos do conhecimento individual só a emergência e estabelecimento do pensamento formal (a partir da adolescência) permite reestruturar logicamente o conhecimento previamente adquirido, dotando-o de coerência interna (o que implica descodificar e ampliar esse conhecimento prévio).

Considerando todo o processo de desenvolvimento do conhecimento como essencialmente unitário, os autores chamam a atenção para o facto de que o conhecimento adquirido ao longo do desenvolvimento não determina totalmente as fases posteriores mas define no entanto «as fronteiras dentro das quais a subsequente articulação e elaboração das estruturas cognitivas terá lugar» (1983, pág. 57).

A emergência do pensamento abstracto permite aos indivíduos não só tomarem como objectos de reflexão os seus processos cognitivos e emocionais mas também traduzirem em «teorias e crenças» aquilo que previamente era largamente tácito. São exactamente estas «teorias e crenças» que os indivíduos vão futuramente utilizar para pensar sobre si próprios. Estas teorias vão, portanto, corresponder aos aspectos do autoconhecimento que se tornaram explícitos, transformando-se na identidade pessoal.

Convirá, mais uma vez, acrescentar que o explicitar do que era previamente tácito não se limita a uma mera tradução. A identidade pessoal baseia-se em autoconhecimentos previamente adquiridos, mas implica um processo complementar de construção.

Segundo os autores, a identidade pessoal entendida desta forma «comporta, por um lado, uma atitude relativamente a si próprio, e por outro..., uma atitude relativamente à realidade que inclui aquilo que o indivíduo crê ser para os outros e aquilo que os outros são para si» (1983, pág. 59). Seria incorrecto assumir que a identidade pessoal constitui uma «construção acabada». Pelo contrário, esta evolui em função de auto-avaliações, que são influenciadas e influenciam a interacção contínua que o indivíduo estabelece com o meio. Em termos individuais, a identidade pessoal resulta das relações entre o autoconhecimento tácito e o autoconhecimento explícito. Estas relações baseiam-se «numa troca contínua entre a intencionalidade do indivíduo, regulada pelo conhecimento consciente de si próprio, e os aspectos da sua vida imagética e emocional, que são essencialmente regulados pelo autoconhecimento tácito» (1983, pág. 60).

Prosseguindo a ideia de utilidade das conceptualizações da filosofia da ciência para o entendimento do funcionamento humano, Guidano e Liotti recorrem às formulações de Lakatos (1970), cujo principal conceito é o do que as teorias científicas se encontram organizadas como «programas de investigação».

Lakatos considera que qualquer «programa de investigação» se desenvolve a partir de um «núcleo metafísico» (metaphysical hard-core). Este núcleo metafísico constrói-se gradualmente através de processos de tentativa e erro e precede a estruturação dos «programas de investigação». Precedendo a estruturação dos «programas de investigação» as asserções essenciais do «núcleo metafísico» não podem ser refutadas dado que é a partir delas que se constroem as hipóteses que integram esses mesmos programas. O «núcleo metafísico» dá origem a dois tipos de «heurística», uma «negativa» outra «positiva». A «heurística negativa» é caracterizada por uma extrema rigidez e o seu papel é o de proteger as asserções do núcleo de possíveis refutações. Por sua vez, a «heurística positiva» é mais flexível e o seu papel é o de demarcar os campos de investigação susceptíveis de ser explorados, protegendo assim o núcleo.

A «heurística positiva» gera «hipóteses subsidiárias» que dão origem a dois tipos de estrutura: (1) Um «cinto protector» que é constituído por «hipó-

teses subsidiárias» cujo papel é o de proteger o núcleo. Estas hipóteses sujeitam-se a eventuais desconfirmações e estão abertas a reformulações; (2) «Planos de investigação» que são estruturas articuladas compostas por «hipóteses subsidiárias». Estes «planos de investigação» vão determinar os campos de investigação sobre os quais incide o «programa de investigação».

O papel do «cinto protector» é essencial na medida em que funciona como uma espécie de filtro através do qual todos os dados experimentais têm de passar antes de alcançar o núcleo.

Em termos concretos, quando um «plano de investigação» se efectua, dois tipos de resultados são possíveis. (1) «*Mudança progressiva*» que se verifica sempre que os resultados dos planos de investigação são positivos, no sentido em que corroboram as asserções do núcleo. Esta corroboração permite que o «cinto protector» se reestruture recebendo novas implicações/hipóteses oriundas do núcleo. Por sua vez, esta reestruturação vai implicar um aumento do leque de experiências susceptíveis de serem assimiladas. (2) «*Mudança regressiva*» que se verifica quando os resultados não corroboram as asserções do núcleo, no entanto, este último encontra-se protegido graças a um aumento da rigidez do «cinto protector». Esta rigidez leva ao desenvolvimento de «estratégias defensivas» que tornam o «programa de investigação» estático e redundante», reduzindo igualmente a assimilação das experiências.

Ao proceder à transposição das formulações de Lakatos para o campo da organização do conhecimento individual, Guidano e Liotti propõem uma distinção entre os aspectos «estruturais» e «funcionais» desta organização. Assim, a «componente estrutural» comportaria vários conceitos.

(1) *Núcleo metafísico*, este seria sinónimo do autoconhecimento tácito assumindo características de irrefutabilidade dada a ausência de verdadeiras alternativas. A irrefutabilidade do autoconhecimento advém do facto de este se ter construído num contexto social específico e não neutro. O autoconhecimento que constitui o núcleo do «programa de investigação» individual engloba um conjunto de regras profundas e globais que determinam os aspectos invariantes do processamento mental do indivíduo, através dos quais ele tácita e directamente obtém as coordenadas que sustentam o reconhecimento do self e do mundo circundante» (1983, pág. 67). A vida imagética e emocional dos indivíduos é igualmente

dirigida pelas estruturas profundas do autoconhecimento através de «esquemas emocionais».

(2) *Cinto protector*, que corresponde às estruturas responsáveis pela manutenção e definição da identidade pessoal. A identidade pessoal expressa-se através da atitude que temos relativamente a nós próprios, atitude essa que tem necessariamente de ser compatível com os aspectos do autoconhecimento que identificamos com o self. Guidano e Liotti consideram que a identidade pessoal se divide em duas componentes (cuja separação é arbitrária): «*auto-identidade*» e «*auto-estima*». Por «*auto-identidade*» entendem a representação consciente que o indivíduo tem de si próprio, as características distintivas que o indivíduo reconhece como suas. Por sua vez, a «*auto-estima*» reflecte a «teoria das emoções» à qual um indivíduo adere na relação que estabelece consigo próprio. «Esta teoria define qual o leque de emoções que podemos reconhecer como parte de nós próprios, como rotulamos e controlamos tais emoções, e em que circunstâncias e formas nos permitimos expressá-las» (1983, pág. 70).

(3) *Planos de investigação*. A identidade pessoal não só representa a atitude que temos relativamente a nós próprios como também dirige a nossa atitude face ao real. Os planos pessoais levam à elaboração de representações e antecipações da realidade em função de regras que não só «coordenam a assimilação da experiência» como também «coordenam os procedimentos da resolução do problema».

Toda a estrutura anteriormente descrita se encontra organizada de forma hierárquica, na qual a identidade pessoal é um ponto fulcral dado que o autoconhecimento só pode ser alcançado através dele e o avanço do «programa de investigação pessoal» só pode evoluir em função da sua remodelação. Desta forma, a identidade pessoal é a principal estrutura de controlo de toda a organização.

Relativamente à «componente funcional» Guidano e Liotti apontam que existem dois códigos através dos quais as estruturas profundas são processadas: o «*código analógico*» e o «*código analítico*». (1) O «*código analógico*» funciona com base no processamento de imagens mentais. Estas não devem ser entendidas como fotogramas armazenados mas sim como construções activas. O que se encontra armazenado são as informações que se utilizam para construir as imagens. Outra característica importante dos processos imagéticos é a sua tonalidade emocional. Esta tonalidade advém essencialmente do facto da

imaginação constituir o principal mediador através do qual os «esquemas emocionais» (compostos principalmente por memória afectiva) se expressam. Consequentemente, o processo imagético é o veículo privilegiado da expressão do autoconhecimento tácito. (2) O «código analítico» processa essencialmente informação verbal relacionando-se assim com a elaboração do conhecimento explícito. O tipo de elementos que se processam nesta modalidade são conceitos cujo carácter é mais estável do que as imagens mentais. A estabilidade e regularidade do pensamento verbal permitem-lhe dar um carácter mais fixo às representações internas que são processadas desta forma. A importância do pensamento verbal não advém exclusivamente da formalização conceptual que permite, mas também pelo facto de constituir a componente principal dos processos de resolução de problemas, essenciais ao desenvolvimento de programas de investigação pessoais.

C) Sobre a estabilidade e mudança da organização cognitiva

Também aqui Guidano e Liotti atribuem papel fulcral ao conceito de identidade pessoal dado que esta, ao determinar a atitude do indivíduo face ao real, coordena as tendências de permanência e mudança do conhecimento.

A atitude face ao real exprime-se nas representações da realidade que apresentam o mundo em consonância com a auto-imagem. A estabilidade da identidade pessoal reside exactamente nesta consonância entre a auto-imagem e a imagem da realidade. É o seleccionar de dados do meio exterior que são consonantes com a auto-imagem que vai confirmar e consolidar a identidade pessoal.

Outra forma de manutenção da identidade pessoal articula-se com as capacidades humanas de formular e solucionar problemas. Convém chamar a atenção para o facto de que não só aquilo que é definido como problema é largamente função da organização do conhecimento pessoal, como também para o facto de que existem estratégias de resolução de problemas altamente ideosincráticas que permitem manipular as situações problemáticas até que elas se tornem consonantes com a auto-imagem.

Ainda que a realidade seja em grande parte «inventada» através dos processos previamente descritos; por vezes o indivíduo depara-se com «dados

anómalos» que não se encontram em consonância com a visão que este tem de si próprio e do mundo. No entanto, a atitude face à realidade é relativamente flexível, flexibilidade esta que se materializa no facto de que a atitude contempla um leque de mudanças possíveis (superficiais) cujo efectivar não implica mudanças profundas na identidade pessoal.

Para além destas mudanças superficiais existem igualmente mudanças profundas que Guidano e Liotti consideram mais interessantes do ponto de vista clínico.

Estas mudanças profundas podem ser provocadas por dois tipos de pressões agindo sobre a identidade pessoal: (1) dados anómalos de experiência oriundos da atitude face ao real; e (2) implicações originadas pelo autoconhecimento em função dos dados anómalos e que «exigem» ser processados e integrados na identidade pessoal.

Desta forma, uma mudança profunda significa uma modificação na atitude face ao próprio que se efectua através da construção de novas regras do autoconhecimento. Como os autores afirmam: «A mudança de atitude face ao próprio vai consequentemente provocar uma modificação na identidade pessoal, que por sua vez vai produzir uma reestruturação da atitude face à realidade através da qual o mundo pode ser visto e tratado de uma forma diferente» (1983, pág. 92).

Em consonância com Mahoney (1980), Guidano e Liotti consideram só ser possível uma mudança profunda quando se encontra à disposição uma auto-imagem alternativa (paradigma).

Tal como os «programas de investigação científica» podem ter dois tipos de resultados, também os «programas de investigação pessoal» a eles estão sujeitos.

(1) *Mudança progressiva pessoal.* As implicações originadas pelo autoconhecimento em função da existência de dados anómalos surgem ao indivíduo essencialmente através do código analógico, dado ser através deste que o autoconhecimento tácito normalmente se expressa. Os conteúdos do pensamento associados às referidas implicações assumem, portanto, a forma de representações não verbais e revestidas de carga emocional (imagens, sonhos, etc.). Estas representações não verbais devem ser entendidas como indicadores de que se está a processar uma reestruturação nas regras do autoconhecimento tácito.

Uma «mudança progressiva pessoal» aproxima-se do fim «quando o indivíduo consegue definir

explicitamente e incorporar de forma estável a visão alternativa do self (que lhe é facultada inicialmente pelas representações não verbais) na sua identidade pessoal, transformando-a num novo ponto de referência e de comparação contínuo» (1983, pág. 94). Esta reestruturação da auto-imagem implica obviamente uma nova forma de perceber as relações entre o self e o mundo.

(2) *Mudança regressiva pessoal*. Estas situações são típicas na prática clínica. Aqui verifica-se a ausência de uma reestruturação da identidade pessoal apesar de pressões do meio nesse sentido.

Quando os dados anómalos começam a exercer pressão, através das implicações do autoconhecimento tácito e de forma analógica, o indivíduo «falha» na sua capacidade de tornar explícitas estas implicações. A razão deste fracasso é o tipo de atitude particularmente rígida que o indivíduo tem relativamente a si próprio.

A incapacidade de reestruturar a identidade pessoal tem como consequência um profundo mal-estar emocional bem como uma incapacidade acentuada de lidar satisfatoriamente com os problemas (eventualmente levando ao desenvolvimento de um «síndrome clínico»).

Segundo Guidano e Liotti, as origens da atitude rígida que impede a reestruturação da identidade pessoal encontram-se não só em experiências precoces mas também na forma como estas vêm influenciar o desenvolvimento posterior.

Facto novo no pensamento de autores que se consideram cognitivistas é o de se entender como possível e extremamente útil (de um ponto de vista clínico) a reconstrução das situações desenvolvimentistas que contribuíram para a perturbação. Mais uma vez recorrendo às perspectivas de Bowlby relativamente aos «padrões de vinculação e desvinculação», os autores pensam que a etiologia das principais perturbações psicológicas pode ser entendida à luz dos diferentes padrões que caracterizam o desenvolvimento individual.

D) Sobre a relação e processo terapêuticos

De um ponto de vista genérico Guidano e Liotti consideram que o objectivo da relação terapêutica é o de «modificar os aspectos do autoconhecimento do cliente que lhe criam um sofrimento desnecessário» (1983, pág. 119).

Os autores apontam como essencial que o terapeuta conheça de antemão os elementos que diferencialmente caracterizam a organização cognitiva característica das diferentes perturbações. Este conhecimento vai permitir que o terapeuta funcione desde o início de uma forma que facilite o estabelecimento da relação, através do respeito pela identidade pessoal do cliente e pela não confirmação das «suas asserções patogénicas básicas».

O estabelecimento da relação é igualmente facilitado pela introdução de um «racional» que fundamente a utilização de técnicas cognitivas e pela explicitação de que a relação terapêutica consiste essencialmente num empreendimento cooperativo.

O estabelecer de uma relação positiva entre terapeuta e cliente vai igualmente facilitar o processo de avaliação dado que o cliente experimenta aquela «como uma base segura de exploração» das suas cognições, sentimentos e comportamentos.

Na linha da tradição comportamental-cognitiva, os autores entendem o processo de avaliação como um processo contínuo que se funde com os procedimentos terapêuticos propriamente ditos.

A primeira fase do processo de avaliação comporta a «análise funcional clássica do comportamento problemático». Esta primeira fase proporciona a base para a fase seguinte que consiste na «análise funcional das cognições». Esta análise não se limita ao pensamento verbal mas também a todos os fenómenos mentais que são veiculados de forma analógica. Ainda dentro da análise das cognições deve-se proceder à avaliação daquilo que os autores, recorrendo a Nisbett e Wilson (1977), designam por «teorias apriorísticas, implícitas e causais». Estas teorias referem-se aos julgamentos que os clientes fazem sobre quais os estímulos particulares que são responsáveis por respostas particulares (atribuições de casualidade) e pode efectuar-se perguntando, por exemplo, ao cliente: «Porque é que você agiu assim nesta situação?». Ao responder a este tipo de questões o cliente põe a claro quais os aspectos do seu conhecimento que o impedem de se modificar.

Guidano e Liotti defendem que é exactamente o resultado do confronto entre a teoria causal do cliente e a do terapeuta que permite reconstruir as regras do autoconhecimento tácito daquele. O terapeuta pode utilizar dois tipos de «provas» para testar a pertinência da forma como entende as «regras profundas» do cliente.

Em primeiro lugar, apercebendo-se de até que ponto a forma como entende o conhecimento tácito do cliente, explica neste o que ele próprio não consegue explicar. Em segundo lugar, tomando em consideração os dados da história desenvolvimentista do cliente.

Esta análise desenvolvimentista proposta pelos autores é igualmente inovadora na «família» cognitivista, consistindo essencialmente na exploração das construções que o cliente faz das suas experiências mais importantes desde a infância até à idade adulta. Esta exploração é guiada pela «teoria da vinculação» e pretende avaliar o «núcleo metafísico» (esquemas emocionais que correspondem aos principais «stress» experimentados na primeira e segunda infâncias) (1983, pág. 145), do cliente.

É o conjunto formado pela articulação entre os dados da reconstrução desenvolvimentista e os elementos obtidos na segunda fase do processo de avaliação (teorias causais, ideais irracionais, etc.) que permite compreender a identidade do cliente e consequente atitude face ao self e ao mundo.

Nas primeiras fases do processo de avaliação, e em função de se solicitar ao cliente que observe e pense sobre o seu comportamento interior e exterior, o terapeuta comunica desde logo dois ingredientes essenciais do processo terapêutico: (1) a importância de pensar sobre o pensamento; e (2) o facto de que as construções mentais devem ser consideradas como teorias e hipóteses e não como verdades absolutas.

Outro aspecto importante das relações entre o processo de avaliação e o processo de intervenção terapêutica relaciona-se com o facto de que a implementação de determinadas técnicas terapêuticas frequentemente dá origem a importantes informações sobre as estruturas cognitivas do cliente. Assim, «muitas vezes, se não sempre, não existe outra forma de avaliar as estruturas cognitivas de profundidade do cliente senão tentando modificar as estruturas mais superficiais através de técnicas terapêuticas apropriadas» (1983, pág. 145).

Guidano e Liotti pensam que se encontram neste caso a generalidade das técnicas oriundas das tradições comportamentais (dessensibilização sistemática, imersão, modelagem, treino assertivo, etc.), o treino de «aptidões de confronto» (auto-instrução, inoculação do stress, etc.) e os procedimentos do «*problem-solving*». Os autores consideram que o papel destas técnicas é o de desconfirmar as expectativas que os

clientes alimentam relativamente ao que são ou não capazes de fazer bem como sobre as possíveis consequências dos seus actos.

As «Teorias de profundidade», pertencendo a um nível lógico mais abstracto do que as «Teorias de superfície», tornam necessário que o terapeuta recorra igualmente a técnicas de intervenção mais abstractas.

Os autores chamam a atenção para o facto de que é necessário, antes de recorrer à utilização de técnicas mais abstractas, ter efectuado a «análise desenvolvimentista» a fim de encontrar as «provas explícitas» nas quais a identidade pessoal e «teorias casuais» dos clientes se baseiam.

Depois da «análise desenvolvimentista» é então tempo de recorrer às técnicas mais abstractas. Guidano e Liotti propõem, numa linha algo Elliana, que se efectue uma «correção semântica» da utilização do pronome «Eu» e de verbos tais como «ser», «ter valor», «dever», «poder», «merecer», dado que estes verbos são aqueles que mais têm que ver com a identidade pessoal.

Os autores pensam que «qualquer que seja o conteúdo das concepções erróneas sobre o self, a sua forma lógica é invariavelmente a de julgamentos globais, invariância e persistência na atribuição de causas e significados» (1983, pág. 155).

Deste modo, as formas verbais «*Eu sou*» seguidas de qualquer predicado, expressam a globalidade do autoconceito.

Em termos de argumentação semântica defende-se que o terapeuta demonstre que, qualquer que seja o predicado utilizado, as formas lógicas correspondentes a esta forma verbal são erradas. Por exemplo, dado que o pronome «Eu» pode preceder todo o tipo de actividades (i.e., «eu durmo», «eu como», «eu respiro», etc.), o afirmar: «Eu sou uma pessoa triste», não tem valor lógico. Qual seria o valor de afirmar: «Eu obro ou respiro como uma pessoa triste». Igualmente, dado que «Eu» contempla todas as partes do corpo, qual seria o sentido de afirmar: «Os meus rins são tristes, o meu cabelo é triste».

De forma semelhante, todos os verbos mencionados anteriormente, bem como toda a utilização de atributos absolutos e dicotómicos podem ser «semanticamente corrigidos» através da disputa lógica. Depois de ter corrigido a forma lógica das crenças globais relativas ao «ser», o terapeuta encontra-se em posição de disputar os «conteúdos» específicos das «teorias pessoais» do cliente.

Para tal, Guidano e Liotti advogam a utilização das técnicas de reestruturação cognitiva de Ellis e Beck.

Quando as «teorias profundas» dos clientes se encontram desafiadas, o terapeuta deve propor «experiências comportamentais» na vida real e recorrer ao uso de técnicas que proporcionem ao cliente desenvolver «teorias pessoais» novas e mais adaptadas.

Durante todo este processo é essencial que o terapeuta respeite a organização estrutural do conhecimento do cliente, visto ser através deste que o cliente assimila as informações oriundas do exterior. Esta necessidade de reconhecer e respeitar os limites impostos pelas estruturas cognitivas do cliente encontra-se na linha das propostas de Joyce-Moniz. Assim, os autores afirmam: «'Ensinar novas respostas', ou 'mudanças cognitivas', significa que 'algo' pouco utilizado pelo cliente é seleccionado, o seu 'crescimento' é estimulado e finalmente integrado com outros 'elementos' numa 'nova' estrutura cognitiva transformada e bem estabelecida» (1983, nota 11, pág. 168).

De uma forma genérica o processo terapêutico é, pois, entendido como um procedimento estratégico cujo objectivo último é a modificação das «estruturas profundas» do cliente através da utilização progressiva de diversas técnicas terapêuticas (tácitas).

3. CONCLUSÕES

Depois da descrição dos três modelos em estudo, parece-me terem sido clarificadas as quatro razões avançadas como justificação para o seu agrupamento. Parece-me conveniente, no entanto, ser mais específico.

(1) *Utilizam como suporte quadros de referência oriundos da filosofia da ciência e da epistemologia*

Esta justificação materializa-se em Mahoney na adopção das perspectivas de Thomas Kuhn; em Joyce-Moniz na utilização que faz do pensamento de Jean Piaget e, finalmente, em Guidano e Liotti no recorrer às ideias de Karl Popper e de Imre Lakatos.

(2) *Tomam explicitamente em consideração a forma como os indivíduos adquirem, organizam, mantêm e modificam o conhecimento*

Todos os modelos apresentados têm como ponto central da sua reflexão a organização do conhecimento individual e consequentemente a sua aquisição, permanência e mudança, mantendo, no entanto, pontos de vista diversos relativamente a cada um destes aspectos, bem como à ênfase que lhes atribuem.

(3) *Rejeição de «autoridades epistemológicas últimas»*

Aqui, convém salientar que os proponentes dos três modelos entendem o processo terapêutico essencialmente como um «espaço de construção» atribuindo particular relevância à questão da liberdade de escolha dos clientes. Não entendem «que os clientes sejam pessoas com problemas e os terapeutas pessoas com soluções» nem que o terapeuta possua o «monopólio da racionalidade» podendo de antemão saber o que é «bom/mau» ou «racional/irracional» para o cliente. A racionalidade é entendida como flexibilidade, adaptabilidade e espaço de escolha.

(4) *Adoptam o ponto de vista das «teorias motóricas da mente» e uma visão construtivista do funcionamento humano*

Apesar de Joyce-Moniz considerar que as «teorias motóricas da mente» são algo limitativas, a adopção do construtivismo é explícita nos três modelos. Assim, não só o indivíduo é entendido como resultante de uma construção em permanente devir, mas também a realidade é entendida como sendo parcialmente construída pelos indivíduos que com ela permanentemente interagem.

Outro tipo de semelhanças, de uma ordem de abstracção menos elevada, parece-me igualmente possível de identificar:

a) É ponto comum aos três modelos o entender que o processo terapêutico se constrói e evolui através do confronto de dois conhecimentos, cliente e terapeuta, e da forma como estes se articulam;

b) Verifica-se em todas as orientações um profundo respeito pelo tempo e ritmo próprios a cada cliente, nomeadamente pelo tomar em consideração os limites que as estruturas cognitivas daqueles «impõem» ao que pode ser aprendido e assimilado;

c) As três perspectivas subscrevem a ideia de que para efectivar mudanças significativas não é suficiente lidar exclusivamente com comportamentos manifestos ou conteúdos do pensamento, mas antes com as estruturas mais abstractas que os determinam (ainda que entendendo estas estruturas de forma diversa);

d) Entendem que a aquisição de novos padrões de conhecimento e respostas (mais adaptativas) não vai irradiar por completo as anteriores (não adaptativas), podendo estas ressurgir em períodos de crise.

Convirá ainda salientar aquilo que me parecem ser as diferenças mais importantes entre os três modelos:

a) O ênfase atribuído por Mahoney à necessidade de compreensão do papel do S.N.C. e a utilização de dados oriundos da neuroanatomia;

b) A importância atribuída por Guidano e Liotti à necessidade de proceder a análises detalhadas dos padrões precoces de «vinculação e desvinculação» dos clientes, bem como o importante papel que atribuem a estes padrões na etiologia das perturbações psicológicas.

Uma última palavra para frisar que é com este tipo de modelos epistemológicos que me identifico não só por acreditar na sua eficácia em libertar o ser humano do sofrimento excessivo, mas também porque, ao proporem que os mecanismos inerentes à mudança, independentemente das técnicas utilizadas, são sempre os mesmos, abrem caminho para o fascinante tópico dos «*factores comuns em terapia*».

REFERÊNCIAS

- GUIDANO, V. F., & LIOTTI, G. (1983) — *Cognitive processes and emotional disorders*, N. Y.: Guildorf.
- GUIDANO, V. F., & LIOTTI, G. (1985) — «A constructivist foundation for cognitive therapy». Em M. J. Mahoney e A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy*. N. Y.: Plenum.
- JOYCE-MONIZ, L. (1979) — *Développement socio-cognitif et auto-contrôle de la pensée*. Comunicação apresentada no 9th European Congress of Behavioural Therapy, Paris.
- JOYCE-MONIZ, L. (1980) — *New decentering techniques in cognitive assertiveness training*. Comunicação apresentada na Annual Conference of the British Association for Behavioural Therapy, Sheffield.
- JOYCE-MONIZ, L. (1981) — *From decentration to compensation: Toward a cognitive constructivist therapy*. Comunicação apresentada no First European Meeting on Cognitive-Behavioural Therapies, Lisboa.
- JOYCE-MONIZ, L. (1985) — «Epistemological therapy and constructivism». Em M. J. Mahoney e A. Freeman (Eds.), *Cognition and psychotherapy*. N. Y.: Plenum.
- KOHLBERG, L. (1969) — «Stage and sequence: The cognitive-developmental approach to socialization». Em D. A. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research*. Chicago: Rand McNally.
- KUHN, D., LANGER, L., & KOHLBERG, L. (1977) — «Attainment of formal operations». *Genetic Psychology Monographs*, 1, 97-188.
- LAKATOS, I. (1970) — «Falsification and the methodology of scientific research programs». Em I. Lakatos e A. Musgrave (Eds.), *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press.
- LICKONA, T. (1976) — «Critical issues in the study of moral development and behavior». Em T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior*. N. Y.: Holt, Rinehart & Winston.
- MAHONEY, M. J. (1980) — «Psychotherapy and the structure of personal revolutions». Em M. J. Mahoney (Ed.), *Psychotherapy process: Current issues and future directions*. N. Y.: Plenum.
- NISBETT, R. E., & WILSON, T. D. (1977) — «Telling more than we can know: Verbal reports on mental processes». *Psychological Review*, 84, 231-259.
- PIAGET, J. (1975) — *L'équilibration des structures cognitives*. Paris: PUF.
- POLANYI, M. (1966) — *The tacit dimension*. Garden City, N. Y.: Doubleday.
- POLANYI, M. (1968) — «Logic and psychology». *American Psychologist*, 23, 27-43.
- POPPER, K. R. (1974) — «Autobiography of Karl Popper». Em P. A. Schilpp (Ed.), *The philosophy of Karl Popper*. La Salle, Ill.: The library of Living Philosophers.

Nesta segunda parte do artigo, o autor procede à descrição e análise dos modelos psicoterapêuticos de L. Joyce-Moniz e de V. Guidano e G. Liotti, finalizando com a clarificação das razões que justificam a aproximação destes modelos (juntamente com o de M. J. Mahoney, descrito na primeira parte do artigo) no contexto das relações entre a filosofia da ciência e a psicoterapia. Acentuam-se como fundamentos teóricos do modelo de Joyce-Moniz: (a) uma prática clínica baseada no «constructivismo psicogenético» de Piaget; (b) a «relação dialéctica entre a epistemologia do terapeuta e do cliente» — aumento do «estatuto epistémico» do cliente no sentido de alcançar um equilíbrio entre o conhecimento deste e o do terapeuta e outro mais superficial e verbalizável; (c) as «características sociocognitivas do cliente» — tomada em consideração do nível estrutural e sociocognitivo alcançado pelo cliente; (d) as «estruturas e reestruturações cognitivas» — entendidas como sistemas dinâmicos de transformações a activar no sentido da adaptação; (e) a «descentração e compensação» — mecanismos considerados como responsáveis pelos processos de desenvolvimento e mudança. Relativamente ao modelo de Guidano e Liotti salientam-se: (a) a «epistemologia evolucionista» — paralelos entre os processos de aquisição de conhecimentos e a evolução da espécie; (b) o «conhecimento tácito e explícito» — distinção entre um tipo de conhecimento mais profundo e não verbalizável; (c) a «organização do conhecimento individual» — recurso às ideias de Popper e Lakatos relativas à construção e desenvolvimento da ciência para explicar o desenvolvimento e organização do conhecimento individual; (d) a «estabilidade e mudança da organização cognitiva» — diferenças entre mudanças superficiais associadas ao conhecimento explícito e mudanças profundas associadas ao conhecimento tácito; (e) a psicoterapia como «processo estratégico de modificação cognitiva» — utilização gradual de técnicas terapêuticas com o objectivo de modificar as estruturas profundas associadas ao conhecimento tácito. Finaliza-se, salientando algumas semelhanças e diferenças relativas aos modelos analisados.

In this second half of the paper, the author describes and analysis the psychotherapeutic models of L. Joyce-Moniz and V. Guidano e G. Liotti ending with a clarification of the reasons that justify grouping them (together with Mahoney's model, described in the first half of the paper) in the context of the relationships between philosophy of science and psychotherapy. Stressed as theoretical tenets of Joyce-Moniz's model are: (a) a clinical practice based on «Piaget's psychogenetic constructivism»; (b) the «dialectic relationship between the therapist's and the client's epistemologies» — intended to increase the «epistemic status» of the client and resulting in an epistemological equilibrium between client and therapist; (c) «client's socio-cognitive characteristics» — taking into consideration the socio-cognitive and structural levels reached by the client; (d) «structures and cognitive restructuring» — understood as dynamic systems of transformation to be activated toward adaptation; (e) «decentration and compensation» — mechanisms seen as responsible for development and change. Regarding Guidano and Liotti's model, the author stresses: (a) «evolutionary epistemology» — parallels between knowledge acquisition processes and the evolution of the species; (b) «tacit and explicit knowledge» — distinction made between deep non-verbal knowledge and surface verbal knowledge; (c) the «organization of individual knowledge» — using Popper's and Lakatos' ideas regarding the construction and development of science to help explaining the development and organization of individual knowledge and surface verbal knowledge; (d) «stability and change of the cognitive organization» — differences between surface changes connected with explicit knowledge and deep changes connected with tacit knowledge; (e) psychotherapy as «a strategic process of cognitive modification — the gradual use of therapeutic tetics aiming at the modification of the deep structures connected with tacit knowledge. The author ends by stressing some similarities and differences regarding the models under scrutiny.